



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ Nº 80.789.548/0001-00



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

PARECER Nº 103

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 046/2023.

Ementa: “Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher no Município de Rio Negro, conforme especifica”.

Parecer do Relator

Após estudo e consideração, esta relatoria manifesta-se:

(X) Favorável ao "Projeto de Lei 046/2023", quanto aos aspectos constitucional, legal, formal e material.

() Contrário ao "Projeto de Lei 046/2023", por inconstitucionalidade/ilegalidade.

() Conforme voto fundamentado separadamente.

Isabel Cristina Grossl

Presidente – Relatora

Deliberação da Comissão

Ricardo Gonçalves Furquim

Vice-Presidente

(X)Favorável ()Contrário ()Abstenção

João Pedro de Amorim

Membro

(X)Favorável ()Contrário ()Abstenção

Resumo da deliberação: A Comissão (X) acompanha () não acompanha o voto do Relator.

Despacho Final da Comissão

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, com o objetivo de criar o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher - FMDM, complementando as ações necessárias para efetivação da implantação do Departamento de Políticas Públicas para as Mulheres – DPPM, encaminhado para apreciação através do Projeto de Lei que altera a Lei nº 1346, de 27 de março de 2003, em tramitação nesta Casa de Leis.



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ Nº 80.789.548/0001-00



Assim, considerando que, somente será possível o efetivo desenvolvimento de ações voltadas para as políticas públicas para as mulheres e recebimento de recursos pelo Município destinados para esta finalidade, quando todos os trâmites necessários forem executados, sendo a adequação da estrutura organizacional através da alteração da Lei nº 1346, de 2003, com a criação do Departamento de Políticas Públicas para as Mulheres – DPPM, bem como, a criação do fundo municipal específico, solicitado através deste projeto.

Diante da análise da matéria, conclui-se que não existe qualquer óbice quanto à constitucionalidade material, não se vislumbrou ainda qualquer ilegalidade ou afronta à Lei Orgânica Municipal e ao Regimento Interno, portanto a Comissão se pronuncia **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei nº 046/2023, na sua forma original.

SALA DAS SESSÕES, EM 07 DE JULHO DE 2023.

ISABEL CRISTINA GROSSL

Presidente/Relatora

Pelas conclusões:

RICARDO GONÇALVES FURQUIM

Vice-Presidente

JOÃO PEDRO DE AMORIM

Membro